

Avanços, esgotamento e inflexão necessária.

Somos um país da alegria e da alegoria não somos um país da liberdade e da felicidade.*

Cristovam Buarque¹ e Fernanda Cornils²

Nota Introdutória

Hoje em dia, quem descreve a mente do povo são as estatísticas com base em pesquisas de opinião, com a mesma segurança de quem usa termômetro para aferir a temperatura do corpo. Cometem dois erros: não captam a mente, e não observam a complexidade social nem a amplitude histórica de como vai se formando a maneira como um povo “pensa” e “sente”.

Este texto não usa termômetro, consciente da visão deformada de um mergulhador dentro da água, ele procura mergulhar na mente do povo brasileiro, mas sem aceitar a descrição do mar feita desde as praias: os livros, as salas de aula, as bibliotecas ou os sites da internet.

É difícil saber se essas ideias servirão de base para despertar uma indignação ética com a realidade, ou se elas foram produto dessa indignação. Mas dificilmente seriam escritas sem que houvesse, em sua origem, uma forte e incômoda indignação com a realidade do Brasil.

* Este texto trata de uma temática já abordada em dois trabalhos: “A Mente do Brasil” não publicado ainda, e “Inflexão Necessária”, publicado na revista eletrônica “Será?”.

¹ Professor emérito da Universidade de Brasília.

² Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco e jornalista.

1. A mente do Brasil

A história é dividida em ciclos, mas no caso do Brasil eles são ainda mais nítidos. Começamos como exportadores de produtos primários, a cada vez um principal: pau brasil, açúcar, algodão, ouro e prata, café; fomos substituindo produtos, sem evoluir, sem mudar de modelo. Mudavam os produtos sem tocar nos históricos pilares da economia: ocupação territorial de forma predatória, baixo nível de tecnologia, exportação de commodities produzidas por escravos. Foram necessários quase quatro séculos para substituir os escravos por trabalhadores livres, mesmo assim, até 1930 continuou o mesmo modelo agrícola exportador.

Esse modelo está presente na base filosófica da economia brasileira: sua visão da natureza como depósito de matéria-prima e de lixo da produção. Como se para a atividade econômica só importasse o que acontece entre a matéria-prima e o lixo; desprezando-se o que acontece fora deste intervalo: o antes - a *natureza "bruta" de onde nascem os recursos* - e o depois - *onde são jogados os restos da produção e do consumo*.

Durante o processo histórico, os ciclos se exauriam: pela concorrência internacional, como no caso do açúcar produzido no Caribe; pela inovação tecnológica externa que tornava nossos produtos obsoletos, como no caso da borracha substituída pelas plantações na Malásia e depois pela invenção da borracha sintética; pelo simples esgotamento natural, como no caso do ouro e da prata; ou por consequência de crises externas, como no caso do "crash" de 1929. Nenhum ciclo foi substituído graças à ação transformadora da política nacional mudando a organização social, nem graças à inovação científica e tecnológica própria criando novos produtos.

Em 1930, forçado pela queda na demanda por nosso produto maior, o café, o Brasil ingressou em um novo modelo, voltado para a industrialização que substituísse

as importações, mas convivendo com a exportação agrícola e mineral como elemento dinamizador. Durante esse processo, os índios foram substituídos por escravos africanos, os escravos por trabalhadores com “semi-salários”, e estes por assalariados mínimos. Mas sem incorporação das massas, sempre excluídas da vida cultural, social e econômica da elite.

Até hoje o salário médio das grandes massas brasileiras³ não é maior do que era o custo médio de manutenção de um escravo. Além de que o escravo era um patrimônio, com valor-de-troca. O trabalhador moderno não representa qualquer valor-de-troca, e muitas vezes é considerado como peso do chamado “custo Brasil”⁴ evidenciando outra característica filosófica da mente brasileira: o desprezo ao homem.

Em 1955 houve um salto para a produção de bens duráveis com a indústria metal-mecânica, tendo o automóvel como o carro chefe e símbolo da nossa modernidade⁵. No começo dos anos 1960, este modelo começou a se esgotar, porque a baixa renda nacional não oferecia demanda em escala suficiente para os novos produtos, e por falta de capacidade tecnológica para competir internacionalmente.

No lugar das reformas de base necessárias, e de investimentos em inovação, especialmente em educação, o Brasil optou pelo protecionismo à indústria ineficiente e preferiu mudar na política, implantando um regime autoritário militar, para não mudar o modelo econômico e a estrutura social. As bases filosóficas herdadas pela mente do Brasil impediu a reorientação transformadora social econômica para o futuro. O novo

³ Média do salário mínimo incluindo os desempregados com renda zero.

⁴ Não apenas os salários são vistos como “custo Brasil”: as férias, o 13º salário, licenças gestantes e outras especiais, são consideradas custos e não benefícios. Custo para a economia, não benefício para o trabalhador, porque o sujeito do processo tem sido a economia, seu PIB e suas exportações.

⁵ Segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores- Fenabrave- Em 2012, o setor produziu 2.501.116 veículos. O crescimento é justificado pelo incentivo ao consumo, o que inclui, além do desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados- o IPI, o aumento do estímulo de crédito no sistema financeiro, mesmo com patamar de inadimplência alto para o setor. O que comprova a manutenção do status dos veículos automotivos no Brasil na contemporaneidade.

ciclo de crescimento se deu industrializando o País enquanto se oprimia as ideias de reformas sociais se desprezava a natureza e a mão de obra e mantinha-se a divisão da população, entre incluídos e excluídos. Os primeiros com a cabeça voltada para imitar o exterior, como antes ocorria com os colonos vindos da Europa, pensando e sonhando com esse continente; os outros com suas necessidades relegadas como se ainda fosse a população vinda da África.

O modelo econômico não mudou: a ocupação do espaço ficou ainda mais predatória para explorar minérios, agricultura e pecuária; no lugar de distribuir renda optou-se por concentrá-la como forma de criar um nicho rico capaz de demandar os novos bens caros; no lugar de inventar os produtos, preferiu-se importar ainda mais tecnologia de como fazer, a educação de base do povo foi relegada e a educação privada da maioria rica passou a receber subsídios públicos.

2. O Salto Amarrado

A transição para a democracia, nos anos 1980, foi um gesto de imensa significação histórica, provocou a ruptura que levou a uma inflexão política, mas sem consequências estruturais: a saúde, a educação, a segurança, a cultura, a participação, os aspectos sociais continuaram atrasados e a economia cresceu sem mudar o perfil de seu produto. Porque a mente do Brasil amarra sua economia e a sua sociedade. É como se uma filosofia do passado pesasse dificultando o salto para o futuro.

A partir de 1990, ocorreu o grande avanço na estabilidade das instituições democráticas e uma tentativa de derrubar o protecionismo à ineficiência industrial.

Em 1994, o País deu o inimaginável passo da estabilidade monetária e da responsabilidade fiscal. Em 1995 iniciou-se no Distrito Federal a primeira experiência de um programa de transferência de renda, vinculado à educação. Em 2001 esse programa

foi expandido para todo o Brasil. A partir de 2004 foi ampliado o número de bolsas e o salário mínimo passou a ter reajustes acima da taxa de inflação do período. Ao longo de todo este tempo, manteve-se a busca ao crescimento da produção, sem mudar seu perfil, ou mudando na direção contrária do progresso, reduzindo a participação industrial no conjunto do produto, e a produção de bens de alta tecnologia sobre a soma do produto industrial, além disso, sem o necessário respeito à natureza.

A comparação do Brasil de 1992 com o Brasil de 2012 permite constatar um dos mais benéficos ciclos de nossa história. Naquele ano, o Brasil vivia a tragédia do impeachment de seu primeiro presidente eleito em mais de duas décadas; atravessava um dos momentos mais difíceis de um longo processo inflacionário; a economia se arrastava sem perspectiva; o Brasil era tratado como nação marginal.

Em 2012 o Brasil já tinha dado grandes passos marcados por indicadores do progresso civilizatório: a democracia estável, a estabilidade de programas, medidas de transferência de renda, a diminuição da fome e aumento do consumo das camadas pobres, o aumento do PIB e consequente colocação do Brasil entre as seis maiores economias do mundo, reconhecimento internacional, um presidente de origem nas camadas pobres e uma presidente mulher, o aumento no número de alunos nas universidades, entre outros, são indicadores deste avanço. Este avanço se deve à manutenção de quatro pilares: democracia política, estabilidade monetária, transferência de rendas e busca de crescimento econômico. E se esgota, como mais um dos ciclos da história brasileira, porque a mente do Brasil continua prisioneira de suas características iniciais, inclusive sua tradição de atraso a se colocar adiante nas transformações civilizatórias do momento. Desde o final do século XX o mundo atravessa uma radical revolução científica e tecnológica e uma preocupação central com o meio ambiente, mas a prática econômica ficou de fora de ambas.

2.1 O esgotamento da Democracia

A democracia foi se afirmando, ao ponto de nos acostumarmos com ela, como se fosse algo permanente e não apenas um dos períodos de nossa história. Mas na sua estrutura atual a democracia vem se esgotando, porque não foi capaz de fazer a reforma política; não implantou um sistema ético para o financiamento de campanhas, não barrou a corrupção, não caminhou na direção de organizações partidárias sérias, ao contrário, desmoralizou o sistema partidário. Outras características vêm minando a nossa democracia: a perda de bandeiras, a existência de partidos de aluguel; pela compra de votos, diretamente nas relações candidato-eleitor, ou indiretamente nas relações candidato-contribuinte de campanha. Este pilar da social democracia dos últimos vinte anos precisa de uma inflexão por meio de uma radical reforma política e eleitoral.

2.2 O Esgotamento da Estabilidade Monetária

A estabilidade monetária que já dura vinte anos e quatro governos é uma realidade que até pouco tempo era inimaginável por causa do passado historicamente inflacionário. Porém já mostra esgotamento pela falta de controle nos gastos públicos, inclusive por determinação constitucional, pelas limitações e instabilidade das taxas de câmbio e de juros.

A política monetária se sustenta em ações de curtíssimo prazo, onde cada medida tomada corretamente no imediato provoca problemas no médio prazo. Se a taxa de câmbio valorizar o real para servir de âncora monetária, facilitando importações a preços mais baixos, a economia se desindustrializa; se desvaloriza-se o real, a pressão inflacionária se acirra; se a taxa de juros é alta, a produção sofre por restrições na produção e no consumo, se a taxa de juros se reduz, os preços sobem; se gastos públicos

continuam a subir, o superávit fiscal diminui, a credibilidade na economia se reduz, os juros sobem e a dívida cresce; se o superávit cresce, a demanda agregada cai, a taxa de crescimento se reduz. A política econômica passa pela fragilidade de um enredamento, onde cada ação gera uma reação com efeitos contrários àqueles que se busca com a ação.

O artificial controle da inflação, por meio das manipulações de preços nas tarifas públicas reprimidas, como no setor elétrico, desvalorizam ações da Eletrobrás; ou como no caso dos combustíveis, ameaça à solidez financeira da Petrobrás. E são medidas de vida curta, que cobrarão elevados custos no futuro. A responsabilidade fiscal também se esgota porque a reforma do Estado não foi feita, não houve controle dos gastos, nem mudança na gestão pública. O controle do cambio usando endividamento público para a compra de dólares; a perda da capacidade de gerar superávits fiscais nos níveis necessários; a manipulação de dados relacionados ao orçamento público; a liberação da capacidade de endividamento dos Estados e Municípios até mesmo para a construção de campos de futebol, tudo isto vai corroendo o pilar da política econômica social das duas últimas décadas.

2.3 O Esgotamento da Transferência de Renda

A adoção de medidas de transferência de renda para os mais pobres demonstrou-se uma rara mais ainda tímida generosidade da elite para com o povo. Estas distribuições sempre ocorreram, em níveis diferentes: Dom Pedro II já fazia favores e distribuía esmolas, inclusive garantindo escola para filhos de alguns pobres.

O regime militar adotou em 1971 o Programa de Previdência Social Rural (Prorural/Funrural) que cobriu mais de 800 mil beneficiários em 1973 (incluindo trabalhadores rurais, pescadores e garimpeiros e seus dependentes) mesmo entre àqueles que não tiveram emprego e não pagaram previdência. Hoje o total é de 7,8

milhões de beneficiados a um custo de R\$ 45 bilhões. O governo Sarney implantou um programa de distribuição de alimentos que complementava o programa nacional de merenda escolar já instalado desde 1954.

Mas foi o governo Fernando Henrique no seu segundo mandato, que deu o salto para a transferência de renda em massa sob a forma da Bolsa Escola - renda condicionada à frequência dos filhos à escola - chegando a beneficiar, no final de seu governo, mais de 4 milhões de famílias. Este programa nacional, e o próprio nome, teve início na pequena experiência lançada e adotada no Distrito Federal em 1995, que unia transferência de renda e educação, como elemento de emancipação. Com o nome de Bolsa Família, o presidente Lula ampliou radicalmente este número para 12,8 milhões de famílias em 2010, e a presidenta Dilma elevou o número para 13,7 milhões (set/2012), mas sem vincular renda à educação, mesmo estando isto previsto legalmente.

A transferência de renda derrubou boa parte do muro que separava os brasileiros com fome daqueles que comiam, mas não tocou no muro que divide o País entre incluídos e excluídos, os que trabalham e aqueles que sobrevivem por *bolsas*, os que têm acesso à educação, serviços de saúde e todas as comodidades e aqueles que vivem à margem da modernidade.

Apesar dos positivos resultados dos programas de transferência de renda prisioneiros da herança da Mente do Brasil os governos democráticos brasileiros pouco fizeram para quebrar a histórica divisão de sua população. Não conseguiram transformar a apartação e exclusão em simples desigualdade. Não conseguiram eliminar a imoralidade como se distribuem os direitos sociais. Como se fossemos um país com dois povos, duas nações incompletas e que não interagem solidariamente.

Este belo, generoso e positivo programa começa a se esgotar por duas razões: ao abandonar, na prática, o cumprimento original com a educação deixa de oferecer porta de saída e com isto exige ano depois de ano, o aumento de custos.⁴

O gasto com os programas de distribuição de renda representa um custo fiscal que não poderá ser carregado para sempre -dado o menor espaço fiscal do governo- ou que será mantido com implicações negativas como um baixo investimento em áreas também prioritárias como a infra-estrutura. Obviamente, na tragédia social brasileira, as transferências de renda são mais urgentes do que os investimentos, mas na construção do Brasil, é preciso emancipar a população beneficiada para que este custo não seja mais necessário e o Brasil disponha de mais recursos para construir uma base eficiente para sua economia.

O custo financeiro da Previdência Rural e da Bolsa Família é pequeno diante da Renda Nacional e da Renda do Setor Público, apenas 1,5% do PIB e 6% da Receita Pública, com imenso benefício social. Mas a emancipação da população pobre beneficiada por emprego e renda, liberaria estes recursos suficientes para aumentar em 60% os investimentos do setor público no Brasil. Ainda mais recursos haveria para inovar a infra-estrutura, no caso de ser eliminado o déficit da previdência, cerca de 7% do PIB, decorrente do desvio de contribuições para financiar sobretudo custeio do setor público. Mas para que este custo não seja mais necessário e o Brasil disponha de mais recursos para construir uma base eficiente para sua economia é preciso antes emancipar a população beneficiada.

Mas apesar de todas as bolsas e de sermos a sexta economia do mundo, continuamos como antepenúltimo país na distribuição da renda além de 88º país em

⁴ Embora não haja informações disponíveis, pode-se considerar que diversos pais de famílias beneficiadas em 2012, são filhos de famílias com bolsas no passado, o que mostra o fracasso do programa como porta saída.

educação. O Brasil foi reprovado no vestibular para o futuro. Porque o futuro tem a cara de sua escola no presente.

Nas últimas séries do nosso Ensino Fundamental, as escolas públicas, onde estuda a maior parte de nossos alunos, a média do IDEB⁵ foi de 3,9. As escolas particulares foram aprovadas, mas com a sofrível nota 6. No Ensino Médio, a média ponderada, incluindo as particulares é de 3,7. Além da reprovação geral, o IDEB mostra que o Brasil é dividido pela desigualdade na educação dos filhos dos pobres e dos filhos das classes médias e altas. A média ponderada pelo número de alunos é de 4,1, envolvendo 1,8 milhões de alunos nas particulares, com a média 6,0, e 12,4 milhões de alunos, nas públicas, com média 3,9.

A forma de transferência de renda adotada nesses 20 anos se esgota por ser incompleta socialmente, custosa fiscalmente e fisiológica politicamente. Mas nas últimas eleições presidenciais o debate tem sido sobre quem manterá ou não o programa de Bolsas e quem aumentará ou não o valor delas, e o número de beneficiados. Se não fosse a amarra da Mente do Brasil, o debate apropriado seria a discussão sobre como fazer as reformas sociais, especialmente na educação, que tornarão as bolsas desnecessárias e levarão à derrubada do muro que divide socialmente o Brasil, realizando a necessária inclusão que faça elite e massas serem um só povo: o povo brasileiro.

O acesso das camadas mais pobres ao consumo fez com que o quadro de fome fosse praticamente eliminado em todo o território nacional, porém transformou o cidadão em consumidor não lhe dando acesso aos serviços sociais fundamentais. Cabe lembrar que a ascensão de classes pobres às faixas de consumo, grande avanço social iniciado com a estabilidade monetária de 1994, também demonstra risco de esgotamento

⁵ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb - criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante.

nos mecanismos usados para essa promoção: por causa da possibilidade de queda nos preços e demandas pelas commodities que o Brasil exporta; pela elevação da carga tributária para financiar demanda interna; pela promoção do consumo em prejuízo da poupança sem priorização ao investimento em infraestrutura, pelos limites do endividamento e pelo próprio risco de inflação corroendo o valor real dos benefícios das bolsas.

Sobretudo, a ascensão no consumo se esgota na absoluta falta de melhora nos serviços públicos como educação, saúde, segurança, transporte. É como a ascensão em uma escada montada em solo frágil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- o IBGE-A classe C representa atualmente mais de 54% da população e consiste nas famílias com rendimentos entre R\$2.488 e R\$6.220. Mas a renda destas famílias não é suficiente para cobrir o custo de uma boa educação particular, um bom sistema privado de saúde, e eles continuam sem estes serviços que não são oferecidos publicamente.

2.4. Esgotamento do Crescimento

No período entre 1992 e 2012, e considerando preços constantes de 2011, a economia brasileira cresceu cerca de 88% passou de R\$ 2.224 bilhões para aproximadamente R\$ 4.184 bilhões, saindo de uma posição inferior a 10^a para a 6^a colocação. Este sucesso, porém, corre o risco de esgotamento diante de limitações que o modelo impõe:

- a) A economia do futuro é baseada em produtos de alta tecnologia, mas o Brasil não consegue disputar este mercado, pela fragilidade de seu sistema educacional, científico e tecnológico;
- b) A preferência do Brasil pelo consumo dificulta a disponibilidade de recursos poupados para investimento; e sem um núcleo de alternativas para indústria de

alta tecnologia a economia deixa de oferecer alternativas rentáveis no longo prazo, reduzindo ainda mais a preferência pela poupança;

- c) Quinhentos anos depois, nossos principais produtos dinamizadores continuam primários, especialmente ferro e soja, cuja demanda é limitada e instável nos preços.
- d) A economia brasileira continua depredadora do meio ambiente, mas os recursos naturais vão se esgotando, aumentando o seu custo original a cada ano, além das pressões mundiais serem cada vez maiores no sentido da manutenção do equilíbrio ecológico;
- e) Apesar de todo avanço a economia ainda é estruturalmente concentradora, regional e socialmente; a necessidade de transferência pública de renda para os pobres é uma prova de que o modelo econômico não é distributivo.

Para não esgotar-se, a economia precisa fazer uma inflexão, no tipo do produto para alta tecnologia, no compromisso distributivo socialmente e na garantia de equilíbrio ecológico.

3. A Emergência Tardia

Com o aumento da população, a valorização da moeda e o aumento da produção chega o Brasil a sexta maior economia do mundo no que se refere ao PIB. O que contribuiu para o Brasil ser reconhecido internacionalmente como uma nação emergente. Não faz parte do Primeiro Mundo, mas se diferencia dos demais países em desenvolvimento. A China, a Índia, o Brasil, a África do Sul, a Indonésia, a Coreia do Sul, o México e outros formam o grupo que se caracteriza por participações importantes tanto no comércio internacional, quanto no PIB mundial. Por isto são considerados emergentes.

Fora isso, são países com baixos índices educacionais, saúde precária, concentração de renda e alto índice de corrupção. São emergentes econômicos, mas não sociais. Pior: são emergentes tardios e chegam atrasados ao Primeiro Mundo.

A emergência desses países coincide com uma crise no propósito do mundo no qual eles emergem. Os países que lhes servem de modelo e definem o ideal entram em crise, e buscam novos padrões para medir o desenvolvimento. Emergimos em direção a um objetivo que não mais satisfaz.

Por 50 anos, as forças conservadoras têm dito que é preciso crescer o bolo para depois distribuir; e as forças progressistas afirmam que é preciso distribuir para fazer o bolo crescer. O bolo cresceu, mas ficou amargo. É hora de pensar qual o sabor que desejamos para o bolo produzido pela economia brasileira.

A produção cresceu e chegou a mais de US\$ 2,0 trilhões por ano, US\$ 10 mil para cada brasileiro; as ruas estão cheias de carros e as casas de eletrodomésticos. Mas ao redor desta abundância, o país continua entre os mais desiguais do mundo, com 10% de sua população analfabeta; 3,8 milhões de crianças fora da escola, das quais muitas nas ruas e caindo nas drogas. As notas da avaliação da educação de base envergonham e amarram o progresso; as florestas queimam; os campos estão vazios e as cidades inviáveis. Além disso, a violência no trânsito e no crime deixam cerca de 100 mil mortos por ano, além de dezenas de milhares de deficientes que fazem o Brasil parecer um país recém-saído de guerra civil.⁶

O crescimento econômico baseado no aumento do consumo, no mercado interno e na produção de *commodities* para exportação está se esgotando pela falta de poupança

⁶ De acordo com o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), entre 2002 e 2010, o número total de óbitos por acidentes com transporte terrestre cresceu 24%: passou de 32.753 para 40.610 mortes segundo o Ministério da Saúde, número quase 7,5% maior que o registrado em 2009. Com base nesses números, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o Brasil como 5º. país do mundo em mortes no trânsito. Fonte: Departamento Nacional de Trânsito.

e de investimentos, pelo endividamento das famílias, por razões ecológicas ou pelo risco de redução na demanda externa; pela incapacidade de construir um Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação que permita dinamizar um setor de alta tecnologia; e porque as transferências de renda não estão criando portas de saída para a pobreza e se esgotando financeiramente.

O futuro, mesmo se o bolo crescer, não parece promissor. No lugar de crescer para distribuir ou distribuir para crescer, é preciso mudar a receita do bolo, reorientar o propósito do padrão do avanço econômico, social, ecológico e cultural. Isto exige tratar o problema da economia, não apenas de análise econômica, mas de concepção de economia, como problema de filosofia da economia.

Sair da aparente neutralidade que decorre da falta de uma filosofia que inspire valores éticos defina gostos estéticos, olhe o produto final da economia com algo além do produto da economia, ofereça uma teleologia que vá além do PIB.

O crescimento econômico deve ser visto como um meio para alcançarmos uma sociedade na qual as pessoas possam andar sem medo; sem a vergonha da posição no campeonato mundial de concentração de renda; onde a competitividade decorra de uma população educada e culta; com um sistema de saúde eficiente; com todas as crianças bem cuidadas, em boas escolas; com um Estado capaz de reduzir a carga fiscal e ao mesmo tempo usar os recursos disponíveis para oferecer serviços com qualidade ao público e infraestrutura para servir de base ao futuro. Como também um processo produtivo capaz de concorrer no mercado internacional, não apenas por compressão no custo dos salários, mas também, pela capacidade de inovar e oferecer novos produtos baseados em alta tecnologia.

Tudo isso deve ser parte da receita para o bolo que, ao crescer, tenha o sabor de bem-estar social e de distribuição dos benefícios no presente e no futuro, ofereça mudança no perfil do PIB produzido com respeito ao meio ambiente e equilíbrio social,

priorizando investimentos que levem o país a ter um novo retrato, especialmente na educação de qualidade para todos. Porque a educação é o principal condimento e fator de mudança estrutural do sabor desejado para o bolo que queremos.

O Brasil tem todos os recursos para caminhar a este futuro. O grande impedimento é a Mente do Brasil: sua formação como país, negando-se a ser um povo unificado e seu complexo como nação de economia periférica em cada momento de inflexão da história da humanidade. Neste momento, a economia global baseada na alta tecnologia e em equilíbrio ecológico, da qual o Brasil está sendo deixado para trás.